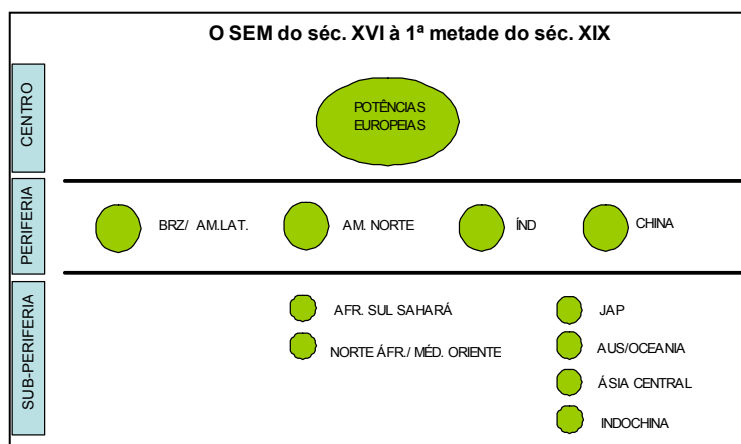
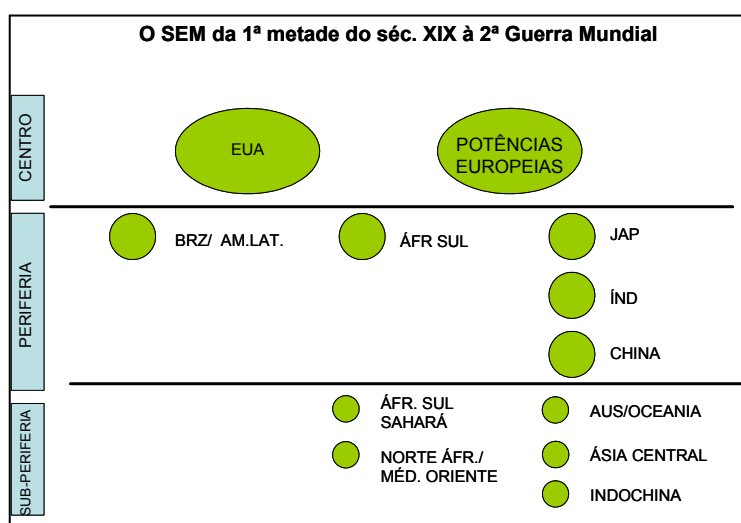


O Brasil como protopólo emergente no SEM, no início do séc. XXI

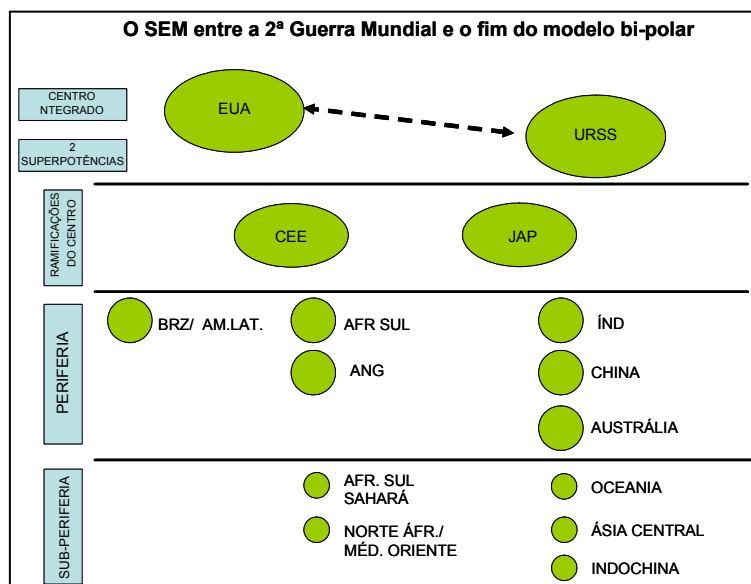
A manutenção dos actuais padrões de desenvolvimento nos BRIC, e não havendo grandes alterações de enquadramento, poderá alterar o panorama do SEM que poderá ser bastante diferente em meados deste século face ao que é no seu início. O Brasil é, entre os BRIC, o que mais variação tem demonstrado na sua performance. A administração Lula tem vindo a conseguir progressos, mas não são ainda suficientes para elevar e sustentar as taxas de crescimento do Brasil a níveis comparáveis com os restantes BRIC, para o que será necessária a implementação de reformas estruturais substanciais. O Brasil, e os restantes novos pólos potenciais precisam assegurar, para desenvolver as suas capacidades próprias e se afirmarem no SEM, transformações estruturais, pois na verdade, qualquer um destes actuais protopólos emergentes poderá fracassar ou vencer, dependendo disso da evolução do próprio sistema e da sua conduta económica e política nos próximos anos.

A evolução e a nova configuração do SEM no início do séc. XXI

Desde o início da expansão das nações europeias, e até meados do séc. XX, assistimos a um processo de produção e concentração de riqueza nos países Ocidentais sem precedentes na História, criando um Sistema Económico Mundial (SEM) caracterizado pelo predomínio, enquanto centro de poder (sobretudo económico, mas também tecnológico, político e cultural), da Europa, para onde eram canalizadas as mais-valias produzidas pelo resto do mundo, que se constituía, neste modelo, em periferia e/ou semi-periferia do sistema.



A partir do séc. XIX, a Europa divide o centro do SEM com os EUA, tendo perdido, no pós-2ª guerra mundial, muito do seu papel de potencia mundial. O mundo emergente da 2ª guerra mundial traria com efeito um novo sistema de relações internacionais, uma nova conjugação de forças, onde predominavam dois grandes blocos – o Ocidental, liderado pelos EUA (e onde a Europa era agora um aliado da potência-líder), e o bloco soviético, liderado pela URSS –,



marcada pelo predomínio do domínio político-militar sobre o económico, pela hegemonia militar e económica dos EUA, e onde as “regras de jogo” eram conhecidas, criando um mundo estável assente na bipolaridade de 2 jogadores dominantes que exerciam a sua influência directa sobre campos delimitados, e indirecta sobre o chamado “terceiro mundo”.

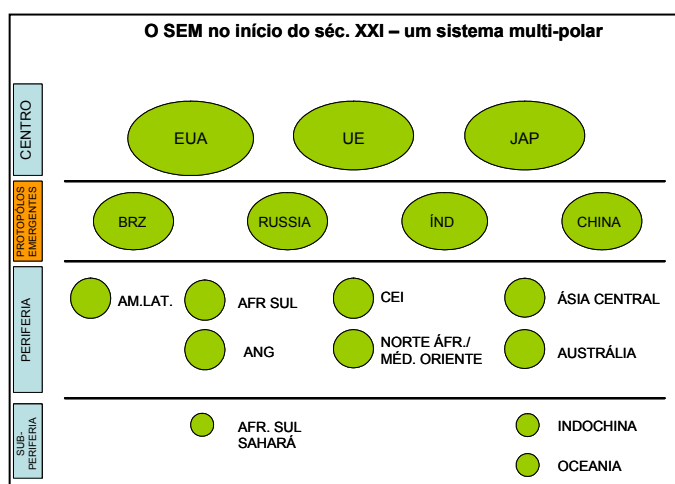
O SEM conheceria também nas décadas posteriores ao conflito mundial uma outra alteração relevante, com a Europa a redefinir-se como CEE (e depois UE), e a emergência do Japão como potência económica mundial a partir da década de 1950, ascendendo assim a um papel central no SEM com a vaga de desenvolvimento e crescimento económico que foi capaz de produzir após a 2ª guerra mundial. O Japão opera, com efeito, uma passagem inigualável na História de sociedade feudal directamente a sociedade industrial moderna, assumindo a sua modernização como resposta estratégica à consciência do risco de colonização no início do séc. XX, contando com o papel essencial de uma elite activa que levaria à rápida industrialização do país, culminando na batalha naval de Tsushima em 1905. após a 2ª guerra mundial, o Japão enfrenta o desafio da reconstrução iniciando um processo de expansão industrial e económica onde as exportações têm um papel central, adquirindo um grau de desenvolvimento económico e projecção internacional que lhe permitiria logo na década de 50 estar presente nas mais importantes organizações internacionais do SRI e iniciar a sua afirmação como 2ª potência económica mundial, que apenas seria travada com a crise da década de 1990.

O fim do sistema bipolar das relações internacionais, com a consequente a perda de relevância da Rússia (pelo menos temporária, subsequente à implosão da URSS) e do Japão (na sequência da crise da década de 1990), e a crescente assumpção por parte de outros agentes de um papel importante (desde logo a Índia e a China), trouxe, desde o início da década de 1990, a hipótese de estar em composição um novo modelo de SEM.

A nova composição de forças no sistema das relações internacionais mostrar-se-ia no entanto, mais do que uma situação nova, um regresso à normalidade secular do sistema, que teve nas décadas posteriores à 2ª guerra mundial um período de excepção, em que o predomínio de duas superpotências criou um sistema organizado e estável, com contornos conhecidos e acções/reactões expectáveis e, por isso, geríveis.

A implosão da URSS, materializada na queda do Muro de Berlim, viria com efeito a abrir a oportunidade para que as potências que, durante o modelo bi-polar, estiveram sujeitas ao predomínio das duas superpotências, reencontrassem espaço para se afirmarem no sistema internacional e no sistema económico mundial. Com efeito, após uma fase inicial de perplexidade e alguma indefinição dos contornos do que seria o SRI pós-modelo bi-polar, em que se aventaram possibilidades como a hegemonia unipolar dos EUA, ou a abertura de uma nova época de paz e estabilidade mundiais, emergiu um modelo internacional (ainda em construção) com várias polaridades, num mundo mais complexo e instável, em constante mutação.

O centro integrado do sistema bi-polar e suas ramificações passam a constituir o centro do SEM, sendo a Triade (EUA/UE/JAP) o seu elemento estruturante, mas a alteração do enquadramento do SRI opera uma importante alteração qualitativa na sua relação, que de uma “aliança necessária” se transforma numa relação de “conflitualidade inexorável”.



Na passagem do séc. XX para o séc. XXI a evolução da economia, com a crescente afirmação do processo de globalização competitiva e acumulação de capital, num processo de revolução industrial permanente, mostrou o início de um novo processo de redefinição das polaridades do SEM, com a emergência de vários actores que se começaram a posicionar face aos três grandes *players* mundiais, tendo como resultado a deslocação do centro do SEM

em termos geográficos nacionais e regionais, mas também em termos de agentes ou critérios transnacionais, num quadro de integração cada vez mais acentuada das economias nacionais num mercado único mundial.

Com efeito, a crescente comunicação e interdependência das economias e o processo de unificação do mercado mundial alteraram as condições competitivas dos países, com repercussões nos modos de produção e de movimentos de capital, que passam a operar à escala planetária, modificando assim os pressupostos económicos da competitividade e a capacidade de afirmação dos vários mercados nacionais, e favorecendo a deslocação dos

centros de geração de riqueza no SEM, permitindo a afirmação e trazendo para o centro do sistema novos agentes que se encontram em desenvolvimento, e que até aqui permaneciam na sua periferia.

Normalmente conhecidos pela sigla composta pelas iniciais dos seus nomes – BRIC (Brasil, Rússia, Índia e R. P. China) – estes protopólos encontram-se em emergência no SEM e constituem um conjunto muito dinâmico de países, com economias de dimensão continental, que procuram posicionar-se estrategicamente de forma a tirar partido da sua crescente integração no SEM, encontrando-se em acelerado processo de crescimento económico nas últimas décadas, contando com um potencial à partida derivado da sua dimensão e da diversidade que encerram em si mesmos, podendo ainda usufruir da disponibilidade de matérias-primas e de capacidades tecnológicas crescentes.

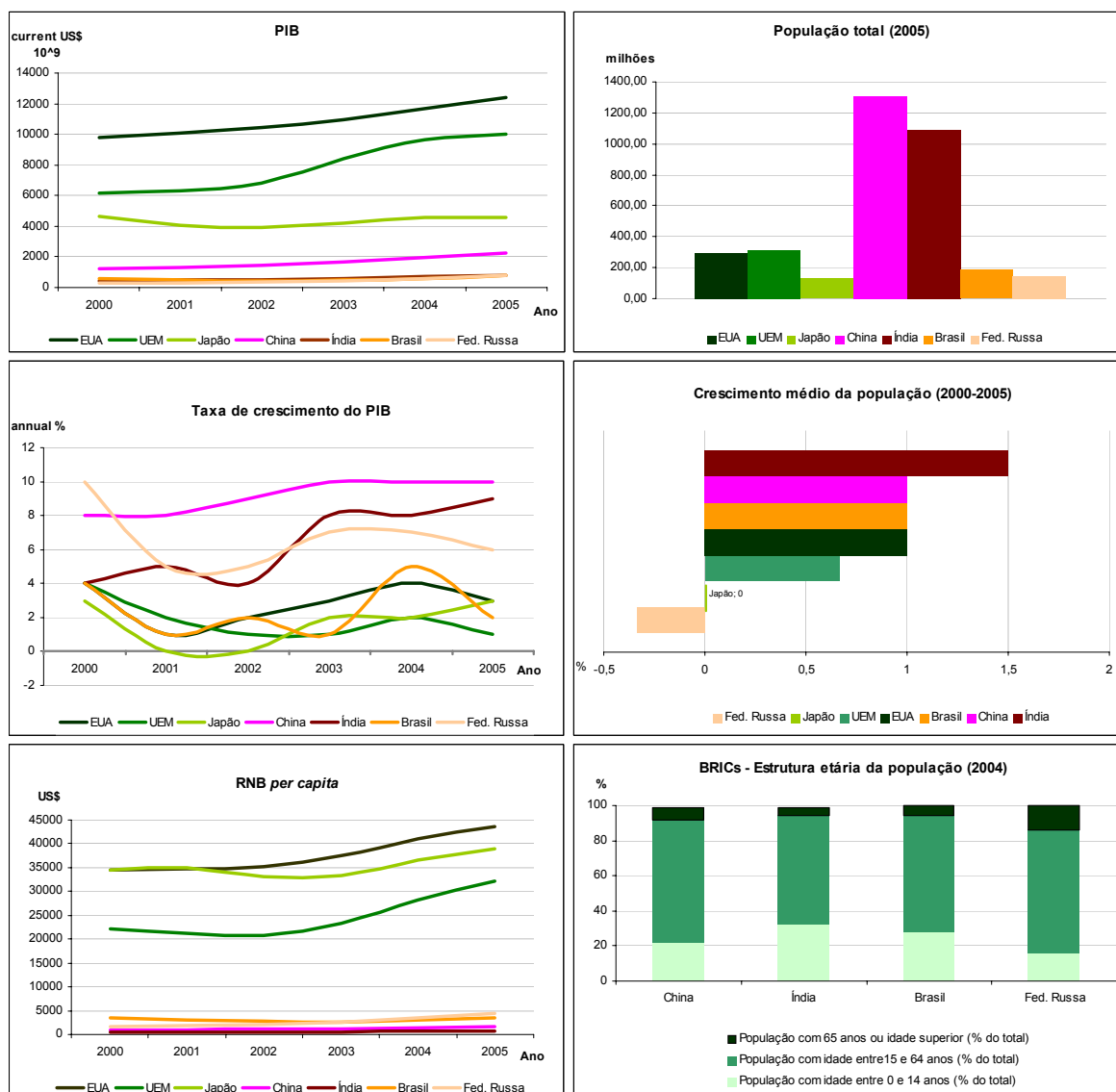
Os BRIC na economia mundial

No início do séc. XXI, os BRIC são as principais forças de desenvolvimento do conjunto das economias emergentes, e apresentam-se como economias em rápido desenvolvimento, com elevadas taxas de crescimento do PIB, que estão a alterar os padrões de consumo e produção da economia mundial, não sendo de estranhar que, à medida que a sua influência na economia mundial cresce, o seu papel enquanto actores políticos e a sua importância geopolítica – tanto a nível regional como global – cresçam também.

Com dimensões continentais, estes países apresentam entre si consideráveis diferenças no que respeita à população e ao seu crescimento médio, sendo de destacar como factores relevantes, em primeiro lugar, a dimensão populacional quer da China quer da Índia, que não tem, nem terá, nas próximas décadas, paralelo; e em segundo lugar, a diversidade no que respeita à taxa média de crescimento da população destes países, sendo que, se a Índia se apresentava em 2004 com a maior taxa de crescimento, cerca de 1,5%, a Rússia apresenta um crescimento médio negativo (-0,3%). De notar que a China e o Brasil apresentavam, no mesmo ano, taxas de crescimento muito semelhantes às dos EUA e da UEM. O Japão, o país mais envelhecido de entre este grupo, apresenta neste período uma taxa de crescimento de 0%. No que respeita ao envelhecimento das populações, no entanto, o Japão não está sozinho, sendo uma tendência crescente nos vários países. No que respeita aos BRIC, a Federação Russa apresenta a população mais envelhecida.

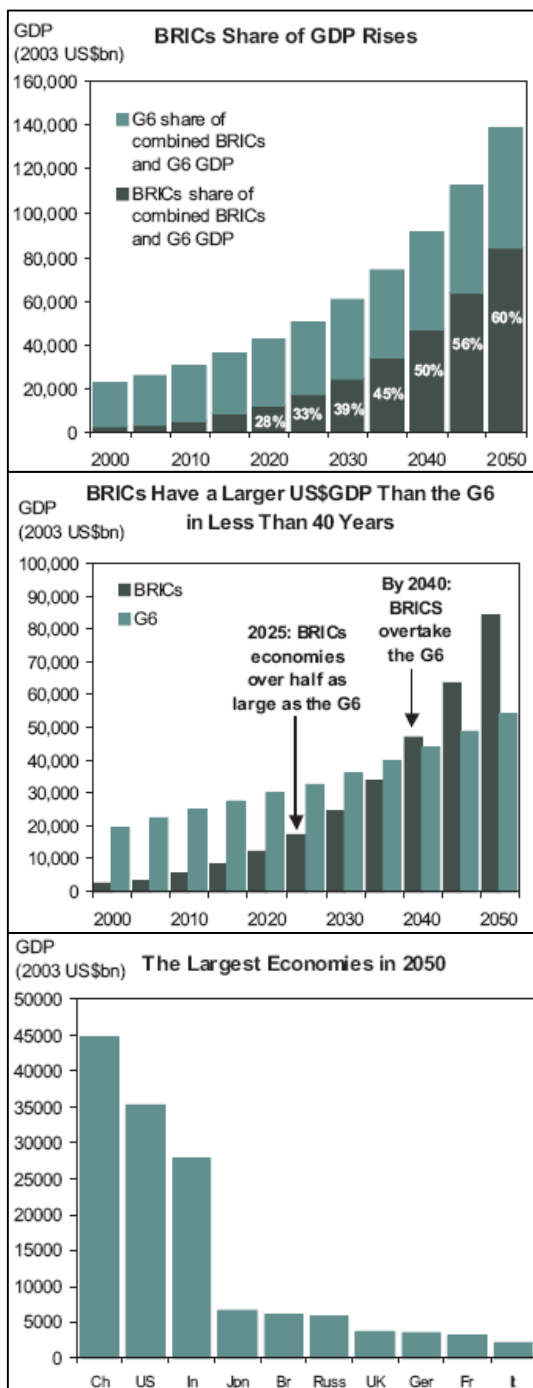
Mas é sobretudo no que respeita aos indicadores económicos que o seu desempenho tem vindo a destacar-se nas últimas décadas. Embora se mantenham ainda longe dos valores do PIB das economias desenvolvidas, os BRIC têm apresentado nos últimos anos taxas de crescimento consistentemente muito superiores às das economias do centro do SEM, com excepção do Brasil, cujo desempenho, além de instável, tem ficado aquém dos restantes três protopólos emergentes. Por outro lado, o PIB per capita destas quatro economias não tem acompanhado o crescimento do PIB.

Com excepção da Índia, cuja conta corrente se mantinha negativa em 2005, os BRIC registaram saldos positivos nas respectivas contas correntes face ao PIB (no caso da Rússia, muito devido ao elevado preço do petróleo), que lhes permitiram acumular reservas que, no caso da China, ultrapassaram os 800 biliões de dólares – sensivelmente o dobro da soma das reservas que os outros países do grupo acumularam (o segundo país que mais reservas acumulou foi a Federação Russa, com quase 200 biliões de dólares). O mesmo acontece no que respeita ao investimento estrangeiro, com a China a canalizar a grande parte dos fluxos de investimento estrangeiro, enquanto que Rússia e Brasil mantêm níveis relativamente baixos de atracção de investimento. No que respeita ao desemprego, os BRIC conseguiram já em 2004 atingir taxas inferiores a 10%, pese embora o facto de alguns deles registarem ainda elevados níveis de desemprego disfarçado.



Fonte: World Development Indicators database, in <http://devdata.worldbank.org/data-query> e <http://www.imf.org/external/data.htm>

Nota: RNB per capita (GNI per capita), ex-PIB per capita = receita nacional bruta, convertida em dólares norte-americanos, através do método Atlas do Banco Mundial, dividido pela população média.



GS BRICs Model Projections.

É de esperar que estes bons resultados se mantenham para a China, a Índia e a Rússia, e que sejam alcançados pelo Brasil. Com efeito, de acordo com alguns estudos, este crescimento económico dos BRIC poderá alterar o panorama do SEM em poucas décadas.

De acordo com um estudo da Goldman Sachs¹, estas economias poderão mesmo, em 2025 valer cerca de metade do G6 e, em menos de 40 anos, ultrapassar o grupo dos, actualmente, países mais desenvolvidos, e em 2050 apenas os EUA e o Japão permaneceriam no grupo das seis maiores economias.

De acordo com os resultados obtidos neste estudo, a afirmação económica destes países não terá, no entanto, reflexo idêntico na riqueza das suas populações já que o PIB per capita se manterá – com excepção da Rússia, que deverá aproximar-se dos níveis mais baixos registados pelo actual G6 – muito abaixo dos níveis registados nos países do actual G6. Assim, a população dos BRIC manter-se-ão mais pobres em média do que a do G6. as nações com as maiores economias não serão, assim, as mais ricas, colocando novos desafios às empresas.

Ainda no que respeita à população, o envelhecimento deverá reflectir-se a médio prazo na quebra de disponibilidade de mão-de-obra. O declínio da população em idade trabalhadora deverá no entanto ainda assim ocorrer nos BRIC – sobretudo na Rússia e na China (Índia e Brasil têm populações mais jovens) – apenas depois de os países do G6 a terem sofrido.

¹ WILSON, Dominic, PURUSHOTHAMAN, Roopa - *Dreaming with BRICs: the path to 2050*, Goldman Sachs, Out. 2003

Os resultados obtidos pelo modelos da GS sugerem, com efeito, que, não havendo grandes alterações de enquadramento, e mantendo-se os actuais padrões de desenvolvimento nos BRIC, o SEM poderá ser bastante diferente em meados deste século face ao que é no seu início.

Embora reconhecendo que existe uma alta probabilidade de estes cenários não se concretizarem como descritos, seja porque os BRIC não se mostrem capazes de manter as políticas necessárias para manter o crescimento das suas economias de forma sustentada, seja por outros factores não ponderáveis, os autores chamam a atenção para o facto de bastaria que os BRIC chegassem perto daquilo que as suas projecções sugerem para que as implicações para o padrão de crescimento e actividade económica fossem enormes.

O Brasil

Com uma área total de aproximadamente 8,5 milhões de quilómetros, e cobrindo cerca de metade da América do Sul, o Brasil é o quinto maior país do mundo. Ao longo dos últimos 45 anos, viveu recuos e avanços políticos, profundas transformações económicas e ganhos sociais muito aquém do necessário.



Em termos económicos, o séc. XX testemunhou várias mudanças significativas no país, tanto no que respeita à sua estrutura económica como face à sua integração internacional.

Após a crise dos anos de 1930, o Brasil empreendeu um processo de industrialização coordenado pelo Estado que lhe permitiu assegurar elevadas taxas de crescimento até aos anos 70. Este processo, baseado na protecção do mercado interno, criou as bases para o desenvolvimento industrial do país. Até aos anos 50, o seu principal problema foi a insuficiente capacidade de financiamento e a escassez de capital estrangeiro.

A entrada de divisas, sob a forma de empréstimos, financiamentos e investimentos, no decurso dos anos 50 permitiu a instalação de novas empresas e a ampliação da rede rodoviária e de distribuição de energia. No entanto, a aceleração da inflação, a queda dos investimentos e os deficits nas contas externas e públicas, no início dos anos 60, levaria à imposição de medidas de estabilização que incluíram reformas do sistema tributário e financeiro.

A partir do final dos anos 60, e com condições internas e externas favoráveis, a economia brasileira retoma uma fase de grande crescimento económico apesar do primeiro choque do petróleo, e representaria o fim de um ciclo de desenvolvimento baseado na substituição de importações e na elevada protecção do mercado interno.

A sucessão de desequilíbrios na década de 80 levaram a uma alteração efectiva da tendência da economia. A grave crise que no início da década de 80 atingiu o país, provocada pelo fim do financiamento externo com prazos atractivos e o aumento dos juros internacionais, causando uma crise de dívida externa, agravou o desequilíbrio das contas externas brasileiras, que o segundo choque do petróleo tinha abalado poucos anos antes, no final da década de 1970. A resolução desta crise passaria pelo programa de ajustamento negociado com o FMI em 1983-84, cujo objectivo de restabelecer o equilíbrio nas contas externas foi conseguido à custa de um aumento da inflação e deterioração das contas públicas. Os governos do final da década de 80 e dos primeiros anos da década seguinte tentariam implementar medidas de estabilização com o objectivo de baixar a inflação e restabelecer o crescimento económico, mas sem sucessos de longo prazo.

A estratégia usada no início da década de 90, no entanto, traria uma novidade, uma alteração profunda na forma de inserção da economia brasileira na economia mundial, marcando a abertura comercial da economia, usada como meio de promover o seu aumento da competitividade. Aliada ao processo de desregulamentação da economia e ao programa de privatização das empresas públicas, esta abertura lançaria as bases da integração da economia brasileira no processo de globalização, via que seria reforçada, a partir de meados da década de 90, com o Plano Real, de combate à inflação e reforma económica.

O Brasil era, então, já desde o início da década de 90, uma importante potência regional emergente, na sequência da criação do Mercosul (Março 1991) e do seu posterior desenvolvimento a nível regional, com a sucessiva integração de novos membros, e internacional, com os acordos de cooperação com a América do Norte (EUA e Canadá).

No entanto, e no final da década e início da década de 2000, as dívidas interna e externa do país praticamente quadruplicaram. Com o recurso ao crédito internacional, o Brasil conseguiu estabilizar a inflação e a moeda, mas consequências negativas advieram desse método – pagando das mais elevadas taxas de juro do mundo, esta política traria elevados custos sociais quando o real supervalorizado levou ao aumento das importações que substituíram produtos nacionais, aumentando o desemprego e a falência de empresas brasileiras.

Em suma, o Brasil é, entre os BRIC, o que mais variação tem demonstrado na sua performance. Se é verdade que, nos últimos 50 anos, o seu PIB cresceu em média à taxa de 5,3%, essa taxa tem vindo a descer consistentemente desde a crise da dívida dos anos 80, e na última, o crescimento real do PIB brasileiro não ultrapassou os 2,9%. A excessiva dependência do financiamento externo e dívida pública interna durante a crise do petróleo e o Plano Real tornaram o seu ajustamento difícil, que explica, em parte, as quedas no crescimento.

A administração Lula, que assumiu o governo do país em 2002, tem vindo a conseguir progressos, apresentando a estabilização macroeconómica como prioridade e sustentação de reformas que têm vindo a ser feitas, e que têm obtido já resultados positivos, com o PIB a reencontrar o caminho do crescimento.

Brazil	2000	2001	2002	2003	2004	2005
GDP (current US\$ - 10 ⁹)	601,73	508,43	460,79	505,75	603,97	796,06
GDP growth (annual %)	4	1	2	1	5	2
GNI per capita, Atlas method (current US\$)	3590	3040	2790	2680	2990	3550
Exports of goods and services (% of GDP)	11	13	15	16	18	17
Imports of goods and services (% of GDP)	12	14	13	13	13	12
Foreign direct investment, net inflows (BoP, current US\$ - 10 ⁹)	32,78	22,46	16,59	10,14	18,17	15,19
Population, total (millions)	173,86	176,38	178,89	181,41	183,91	186,40
Population growth (annual %)	1	1	1	1	1	1

Source: World Development Indicators database

No entanto, a estabilização macroeconómica não será suficiente, por si própria, para elevar e sustentar as taxas de crescimento do Brasil a níveis comparáveis com os restantes BRIC, para o que será necessária a implementação de reformas estruturais substanciais, que permitam a maior abertura comercial do Brasil, o aumento significativo do investimento e da poupança e a diminuição significativa da dívida pública interna e externa.

A afirmação do Brasil passará, ainda e sem dúvida, no plano internacional, pela sua afirmação regional, mas também pela construção de alianças estratégicas com os outros BRIC na OMC e em sectores como o comércio e a tecnologia, numa lógica de *coopetição* (cooperação e competição, uma vez que sendo parceiros são também concorrentes próximos na conquista de mercados).

Condições de (in)sucesso

O Brasil, e os restantes novos pólos potenciais precisam assegurar, para desenvolver as suas capacidades próprias e se afirmarem no SEM, transformações estruturais que lhes permitam concretizar o seu desenvolvimento económico e social, desenvolvendo de forma controlada o seu (de cada um) modelo próprio de organização que lhes permita encontrar uma estratégia exequível de inserção no SEM e, ao mesmo tempo, afirmando-se no SRI como pólos capazes de projectar poder à escala regional e global.

Embora em ascensão, e com projecções favoráveis de crescimento a curto e médio prazo, estes novos actores encontram-se ainda numa fase inicial do processo de desenvolvimento e afirmação, podendo ou não conseguir atingir o centro do sistema enquanto grande potência mundial.

Com efeito, cada um dos BRIC apresenta vulnerabilidades que será necessário colmatar e/ou gerir com eficácia de forma a evitar retrocessos importantes no seu processo de crescimento.

A constituição em arquipélago da China e da Índia, onde o desenvolvimento tem resultado na criação de ilhas de competitividade e dinamismo económico é uma vulnerabilidade importante, que agrava o grande desnível existente entre as cidades e a população urbana das cidades do litoral, e o vasto interior rural e pobre, onde habita a maior parte da população. A crescente pressão social poderá, nomeadamente na China, constituir um problema maior à

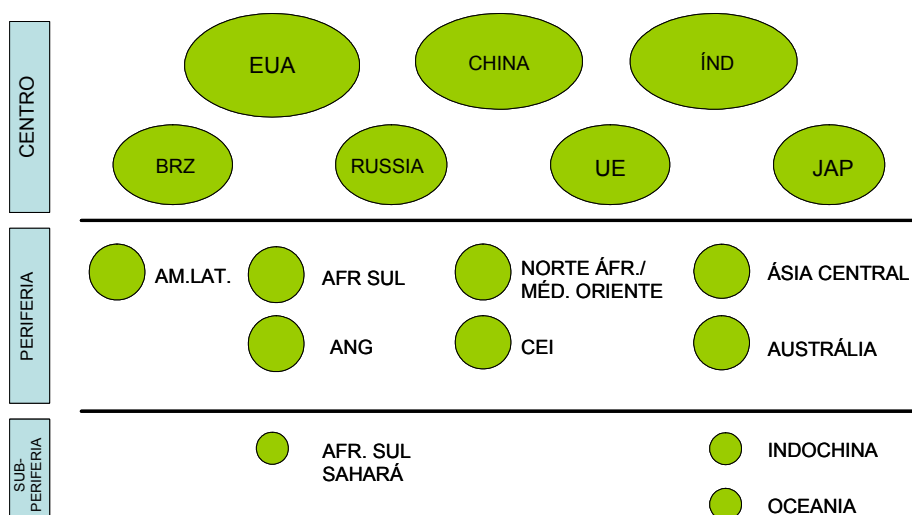
medida que esta desigualdade aumenta e a pressão urbana de conquista de liberdades sociais for exigindo a abertura do sistema político.

A questão do sistema político e da liberdade social é também uma questão premente na Rússia, onde as denúncias de retrocesso na liberdade de expressão dos últimos anos denotam a tentativa de manutenção do controle da sociedade num padrão político que poderá mostrar-se desadequado e extemporâneo num país que após várias dezenas de anos de restrição de liberdades cívicas vislumbrou uma oportunidade de as resgatar na década de 90. Poderá o regime de “democracia autoritária” que parece estar a consolidar-se na Rússia enfrentar as pressões sociais crescentes do país? Por outro lado, a Rússia enfrenta o desafio de sustentar o crescimento económico – baseado aliás num modelo muito dependente do petróleo e do gás, que levou já Putin a alertar para a necessidade de evolução para sectores de altas tecnologias – com uma população a envelhecer rapidamente, e enfrentando a diminuição da população em idade trabalhadora.

Quanto ao Brasil, a resolução dos problemas financeiros estruturais, e a aposta em sectores tecnologicamente avançados e da chamada economia do conhecimento requer reformas estruturais ao nível da economia, mas estas são também necessárias a nível político e no combate à corrupção. É no Brasil, por outro lado, que o problema social se mostra mais evidente, com o problema da desigualdade e da distribuição da riqueza a exigir um tratamento cuidado e eficaz, começando desde logo pela exigência de aumento da escolaridade e da formação profissional das populações, um passo fundamental para alavancar o crescimento económico sustentado.

Deste modo, e em suma, qualquer um destes actuais protopólos emergentes poderá fracassar ou vencer, dependendo o seu sucesso da evolução do próprio sistema e da sua conduta económica e política nos próximos anos, nomeadamente em quatro áreas de risco estratégico comuns a todos eles: a possibilidade de estagnação ou mesmo retrocesso económico; a questão da preservação da unidade geopolítica e composição de forças com outras potências; a capacidade de formação de técnicos qualificados em larga escala e a questão essencial do equilíbrio indispensável e igualmente difícil entre economia e sociedade.

Se forem bem sucedidos, e as projecções feitas se verificarem, poderemos estar num mundo radicalmente diferente do que aquele que conhecemos, onde novas potências se situam no centro do SEM, em poucas dezenas de anos.

O SEM em meados do séc. XXI – uma nova recomposição de forças ?

Para a UEM, uma importante questão sobre a qual urge reflectir e, sobretudo, actuar. Para Portugal, uma oportunidade de buscar um novo papel entre a Europa e o Brasil, e mesmo, se conseguir potenciar a ligação a Macau, entre a China e a África (ligação à qual a própria China já fez algumas abordagens, embora sem grande resposta por parte de Portugal), o grande continente, para já, adormecido, mas onde começam a despontar alguns pólos de desenvolvimento, nomeadamente a África do Sul, mas onde os riscos permanecem elevados e o crescimento insuficiente.

Bibliografia e Fontes:

- FMI data and statistics - <http://www.imf.org/external/data.htm>
- World Bank, World Development Indicators database - <http://devdata.worldbank.org/data-query>
- WILSON, Dominic, PURUSHOTHAMAN, Roopa - *Dreaming with BRICs: the path to 2050*, Goldman Sachs, Out. 2003
- VELLOSO, João Paulo dos Reis – *Os BRICs e sua importância para o desenvolvimento económico mundial*, Cons. De Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, apresentação à Câmara dos Deputados, Novembro 2006
- ANJOS, Maria Anita dos, *Retrospectiva da Economia Brasileira nos Últimos 45 anos*, FAE BUSINESS, nº4, Dez. 2002